

AUDIÊNCIA PÚBLICA 07JUL2011

Pauta: Verificar o cumprimento da legislação referente ao funcionamento das Cooperativas de Trabalho a serviço do Município de Porto Alegre.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ricardo Faertes): (19h29min) Passo a fazer a leitura do Edital: “A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 07 de julho de 2011, às 19h, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Avenida Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de verificar o cumprimento da legislação referente ao funcionamento das Cooperativas de Trabalho a serviço do Município de Porto Alegre. Gabinete da Presidência, 27 de junho de 2011. Vereadora Sofia Cavedon, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; o Sr. Omar Ferri Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, neste ato representando o Sr. Prefeito de Porto Alegre; o Sr. Conrado Lopes da Silva, representante da Secretaria Municipal de Educação; o Sr. Eduardo Rava de Campos, representante do Departamento Municipal de Limpeza Urbana; Sr. Marco Seadi, Diretor-Presidente Adjunto da FASC; o Sr. Ademir Maria, representante do Departamento Municipal de Habitação; o Sr. Laudénir Machado de Figueiredo, representante do Simpa; a Sra. Margaret Garcia da Cunha, Vice-Presidente da Fetralho – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul; o Sr. Vergílio Frederico Perius, Presidente da OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Clarice Vianna Miguel, Diretora-Secretária da Cootravipa.

Prestigiam esta audiência pública senhores e senhoras dirigentes e membros de Cooperativas de Trabalho.

Convidamos para fazer uso da palavra a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa-noite a todos. A nossa audiência pública tem um objetivo, e talvez seja este um momento definidor dos destinos das cooperativas

na sua relação com a Prefeitura de Porto Alegre. Esta Audiência ocorre em função das muitas queixas vindas especialmente sobre o contrato da Educação deste ano, claro que bem menos das que recebemos no ano passado e em anos anteriores, como em 2007. Estou fazendo este comentário a alguns secretários e representantes de secretários, já citados pelo cerimonial, aos quais agradeço pela presença. Mas quero dizer que tivemos o auge da degradação da relação de trabalho para Prefeitura em 2007 e 2008. Eu acho que depois nós começamos a reverter com o conjunto das secretarias, retomando os contratos. A legislação, que foi uma luta e uma conquista das trabalhadoras e dos trabalhadores, construída nesta Casa com a grande participação das Bancadas, com Emendas, com a opinião de cooperativados e da própria OCERGS. Foi uma legislação que visou a proteger as cooperativas sérias e, principalmente, proteger os cooperativados, as cooperativadas. Essa legislação está num processo gradual de cumprimento total, em função do final dos contratos. Mas no contrato da SMED, com a nova legislação, já está fechando um ano agora, e nós já temos como fazer um balanço. Mas nós ainda temos muitas queixas. Hoje ainda eu conversava com a direção de uma escola que, durante à tarde, estava tratando comigo outro tema – e a direção da escola e os professores testemunhavam a inexistência de relação, de fato, de cooperativados, mas, sim, de mando, de pressão e opressão, muitas vezes; de direitos não garantidos; de absoluta falta de informação e de transparência. Esses são os retornos de atraso, de inconstância no repasse do vale-alimentação e transporte, principalmente. São valores diferentes dos previstos, das informações básicas que os cooperativados precisam ter, desde o demonstrativo do pró-labore da parte de cada cooperativado. Então, é uma série de queixas que nós gostaríamos, nesta Audiência, de fazer uma repassada com o conjunto das Secretarias, porque não é só a SMED que contrata cooperativadas. Nós temos aí um TAC, e há um terrorismo e um anúncio que está por todas as Secretarias de que, a partir do dia 10 ou 11, terminarão os contratos com as cooperativas. Em outros lugares dizem: “Olha, a Cooperativa vai se transformar em empresa e vai continuar”. Então, há todo tipo de informação. E a ideia da Audiência é darmos uma uniformizada nas informações, que se faça uma escuta de quem está contratando e, também, de quem participa da cooperativa e está fazendo um serviço para o Município de Porto Alegre. Eu sou uma das que divirjo do Ministério Público, porque acho que o cooperativismo veio para empoderar os trabalhadores, o cooperativismo veio para a não exploração do

trabalho, não para que alguns acumulem o capital explorando o trabalho. Então, eu não acho que a gente deveria simplesmente extinguir as cooperativas, mas as cooperativas que não funcionam como cooperativas não podem continuar sendo contratadas e tendo complacência, principalmente na relação pública, com o público. Inclusive, eu comentava com o Vergílio, com a Margaret que, no sábado, dia 02, nós tivemos o Dia Internacional do Cooperativismo – não sei se muitos de vocês sabem -, e houve um grande encontro no Centro de Eventos. Eu fui, de propósito, para ouvir os debates, para ver quem se mobilizava em torno do cooperativismo. A gente sabe que muitas iniciativas usaram a fachada do cooperativismo para, simplesmente, reduzir custos, ganhar licitações e explorar trabalhadores. E nós não queremos que o cooperativismo continue com essa pecha, com esses maus exemplos, mas também não queremos terminar com o cooperativismo. Eu acho que há dúvidas, inclusive tivemos várias experiências de contratação de empresas, na relação com a Prefeitura, em que os próprios donos das empresas tiveram a prestação de serviço tão ruim que até presos estão. Então, não quer dizer que só passar para empresa resolve o problema dos trabalhadores; há um monte de empresas que acabam não depositando o INSS, em que o dono ganha muito dinheiro, e os trabalhadores ganham pouco. Então, não temos ilusão de que, simplesmente, dispensando a cooperativa e substituindo-a por empresa estarão resolvidos os problemas de relação de trabalho.

Faço essa introdução mais longa, porque nenhuma de vocês se encorajou em vir aqui e fazer a abertura, que seria a dinâmica dessa Audiência Pública; quem gerou a Audiência deve fazer a manifestação inicial.

Fazendo essa introdução, quero propor a seguinte dinâmica: que as representações das Secretarias pudessem relatar como estão os seus contratos com referência na legislação vigente para Porto Alegre – foi distribuída uma cópia de alguns pontos da Lei. Então, que se possa ter um panorama das Secretarias e, depois, abriremos a palavra para a intervenção tanto de vocês, quanto do representante da Fetralho, da Cootravipa, do Simpa. Mas podemos iniciar com o Governo dando um relato da situação, se esse boato é fato, se o TAC será cumprido, como será, se será alterado e de que forma será atendimento, para podermos fazer esse diálogo em duas pontas: do interesse dos trabalhadores e do serviço público. As meninas que estão aqui sabem que o problema não é só delas, as escolas são muito solidárias com o problema, as direções estão

indignadas com isso, o trabalho acaba sendo prejudicado; ninguém gosta de conviver com trabalhadores que não têm os seus direitos respeitados e que têm um drama pessoal no cotidiano do seu trabalho. Todas as escolas têm um clamor para que o contrato melhore e que tenham nas relações de trabalho pessoas muito respeitadas pelo trabalho que realizam.

Eu passo a palavra para as Secretarias nos darem um panorama do que está previsto.

O Marco Seadi, Diretor-Presidente Adjunto da FASC, está com a palavra. Muito obrigada pela tua presença.

O SR. MARCO SEADI: Boa-noite a todos e a todas; boa-noite à nossa Presidente, Sofia Cavedon, como sempre, é uma honra estar ao teu lado aqui, não é a primeira, mas em várias outras reuniões já estivemos juntos. Quero agradecer a presença do Omar, aqui representando o Prefeito, e a presença de todos os colegas que nos honram aqui.

Serei breve, até porque todos nós queremos chegar ao ponto, e, nesse frio, sei que não quero maltratá-las. Sei que vocês já sofrem com outras coisas, então não farei isso com vocês.

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre. Hoje temos sete contratos em vigor; os sete, até há pouco eram, única e exclusivamente, da Cooperativa Algert – Cooperativa Brasileira de Geração de Trabalho. Nós tivemos, há pouco, um pregão eletrônico, no qual um dos contratos expirou o prazo. Houve o pregão eletrônico, houve o edital, enfim, todos os trâmites legais foram respeitados, e hoje temos uma nova empresa que ganhou o pregão eletrônico. Em segundo e terceiro lugar ficou uma cooperativa. Houve a participação das cooperativas, até porque eles entraram com mandado de segurança, e houve o respeito a tudo – enfim, não vou entrar no cerne da questão. Tivemos uma outra empresa vencedora, o que para nós é muito bom, no nosso modo de ver, porque na questão do pregão eletrônico se tem a total lisura, a clareza de tudo que está sendo feito, que está sendo posto à prova, e se tem muito mais confiança naquilo que está sendo feito; não só para nós, mas para vocês e para o contribuinte.

É claro, como a Sofia já comentou, que não quer dizer que se contratando uma empresa, vai-se ter um serviço bom e todos os direitos respeitados. Mas isso é função nossa de estar agora, não só com as antigas, mas também com as novas, fazendo a devida

fiscalização dos contratos. Existe a figura do fiscal de contrato exatamente para isso. Então, desses sete contratos, dois já foram modificados, os demais cinco continuam com a Algert, que tem um prazo de 30, 60, 90 dias para estar com todos os editais na rua – esperamos -, até porque o prazo já foi, até porque essa cooperativa já foi notificada por nós por não recolher o INSS; nós temos diversas notificações e, por isso estamos cancelando esses contratos, agora no final dos 30, 60 dias.

Tivemos uma série de dificuldades também, Sofia, para nos livrarmos dessas empresas que não são boas – são bons empregadores para vocês trabalhadores, e não são bons prestadores de serviço para nós. Essas empresas – e não é do conhecimento da maioria de vocês, porque é uma coisa com a qual pouca gente se preocupa –, quando se coloca um edital na rua, a primeira medida delas é tentar impedir judicialmente que se continue com o edital; elas tentam achar um furo, alguma coisa para permanecerem naquele local. Então, tem sido travada uma batalha, uma guerra jurídica diária. Estou falando porque sou eu que estou indo no Judiciário acompanhar, já que também coordeno o jurídico da FASC; falei aos colegas aqui da visita ao Judiciário. Só que não é culpa do Judiciário, há um volume de processos muito grande, e acaba caindo numa Vara da Fazenda Pública, e para eu obter um despacho, só em 30, 40 dias para receber uma resposta do Judiciário. Então, são 30, 40, 50, 60 dias que a empresa permanece lá, Sofia, mesmo fazendo um trabalho que não é do nosso gosto nem do de vocês, na questão salarial. Então, esse é o nosso único grande problema e acho que da próxima vez poderíamos chamar o Judiciário, envolvendo-o, porque acabamos ficando na mão pelos mandados de segurança que são impetrados pelos juízes de plantão, que entram às 20 horas do dia anterior ao edital. Nove da manhã, recebe-se a visita do Oficial de Justiça dizendo que não vai sair a licitação. Então, é bom que fique claro para vocês que, às vezes, apesar da boa vontade de todos na Prefeitura de Porto Alegre, tu tens um problema que foge à tua alçada, foge à tua força de vontade, foge ao teu comando dentro de uma instituição. Então eu acho que era basicamente isso, na FASC, mas estamos lutando e, se Deus quiser, vamos colocar tudo em dia até o final. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Conrado, Assessor Jurídico da SMED, está com a palavra. Quero dar as boas-vindas à turma da Restinga.

O SR. CONRADO LOPES: Boa-noite, Presidente Sofia Cavedon; boa-noite a todos os presentes; meu colega Omar, representando o Prefeito; a todos os demais componentes da Mesa, especialmente a vocês, trabalhadores, trabalhadoras – eu já conheço muitos das nossas escolas, nas visitas que fazemos. Vou tentar não me tornar muito repetitivo, não repetir o que o Dr. Marco já explanou para vocês, focar especialmente no contrato que a SMED tem com a Cootrario. A Sofia já fez um histórico para nós de como foi árdua a nossa luta de tentar melhorar as condições de trabalho. Desde 2007, estamos evoluindo, e muito, houve um aumento de salário, pagamento de direitos, batalhamos juntos na aprovação da lei, e, efetivamente, a situação melhorou bastante. O que aconteceu? A Prefeitura de Porto Alegre fez, como se fosse um acordo, um Ajustamento de Conduta, um acordo com o Ministério Público, onde diz que se pode contratar cooperativa, mas os cooperados vão ter que ter Carteira de Trabalho assinada. Nesse sentido, a Prefeitura, para garantir que todos os funcionários recebam os direitos que lhe são devidos, está passo a passo exigindo que as suas empresas prestadoras de serviços comecem a contratar os seus cooperativados sob o regime da CLT. O que isso quer dizer? Cada um de vocês vai ter Carteira assinada. O que isso representa? FGTS, verbas rescisórias na demissão, férias, 13º salário, vale transporte, licença para tratamento de saúde, enfim, todos os direitos que todo o trabalhador tem e que não são estendidos aos cooperados. Nós somos obrigados a respeitar os períodos contratuais: o primeiro período do contrato com a SMED se encerra dia 20 de julho; então, a partir de 20 de julho. Isso estou falando exclusivamente para aqueles que trabalham nas escolas, se eventualmente há trabalhadores que trabalham em outros postos, como na Saúde, na FASC, enfim, a esses não se aplica. Especificamente para os da SMED, estou vendo que tem bastante gente aqui, a partir do dia 20 deste mês, vocês vão ser contratados com Carteira de Trabalho pelo regime celetista. Quero deixar vocês um pouco tranquilos, porque começou a sair um zum-zum-zum de que as pessoas seriam demitidas, enfim. A gente já conversou com a Cooperativa, claro que existem uma série de documentos que precisam ser apresentadas a ela, tem que ter Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, CPF, enfim, já está passando na escola, e vão ser contratados. Não vai haver demissão, há garantia da manutenção dos postos de trabalho e dos trabalhadores.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Conrado, explica: será renovado o contrato com a Cootrario, e ela vai fazer um contrato? É isso? Tu és Assessor Jurídico, deves saber que tem forma legal para cooperados.

O SR. EDUARDO RAVA DE CAMPOS: Boa-noite, Ver. Sofia Cavedon; boa-noite, componentes da Mesa; boa-noite, cooperativados; sou representante do DMLU. Com relação ao DMLU, nós temos a Cootravipa, que presta alguns serviços para nós. Na verdade, houve uma licitação em janeiro, onde a Cootravipa participou da concorrência pública e saiu vencedora. A Cootravipa já prestava serviços ao DMLU, nunca houve problema algum com relação ao fato de participar de licitações públicas, inclusive, quando da primeira licitação da qual ela participou, uma empresa tentou obstar a sua participação no certame e não logrou êxito, porque não havia nenhuma ilegalidade, e não há na lei nenhuma previsão legal que impeça uma cooperativa de participar de uma licitação pública. No mais, o contrato está transcorrendo dentro da normalidade, não há nenhum questionamento, nenhuma ilegalidade que tenha chegado ao nosso conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. Eduardo.

Ademir Maria está com a palavra, pelo DEMHAB.

O SR. ADEMIR MARIA: Boa-noite Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Sofia e a todos da Mesa. Sou representante do DEMHAB, estou representando o Diretor Humberto Goulart, sou Chefe de Cooperativismo do DEMHAB. A nossa Cooperativa é um pouco diferente. Queria dizer que o contrato do DEMHAB é com a empresa Multiágil, foi renovado agora, está em andamento, o serviço está muito bem encaminhado. Quero dizer a todos os cooperativados que a gente trabalha lá incentivando e fomentando as comunidades a formatarem as cooperativas. Porque é dessa maneira que todos da comunidade conseguem adquirir seus recursos. Essa é a nossa meta. Estamos lá com aproximadamente 90 cooperativas, estamos trabalhando com 31 cooperativas que já estão buscando os seus recursos adquiridos no OP, na temática do OP, para fazerem as suas infraestruturas complementares, que seriam o restante em relação às suas casas. Eu acho que vocês todos têm que seguir o que a legislação

determina, e nós estamos aqui para ajudar, lá na Chefia de Cooperativismo, através da nossa Cooperativa, cuja meta é construir casas, mas não deixa de ser uma cooperativa em relação a isso. Como eu disse, a Multiágil está conosco, deve ficar conosco mais um tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Como é o nome? Multiágil?

O SR. ADEMIR MARIA: Multiágil, a empresa. E a gente está à disposição de vocês para qualquer pergunta que for necessária. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Nós ainda temos na Mesa a representação da Organização das Cooperativas. Vergílio, gostaria de fazer alguma manifestação ou escutar primeiro as cooperativadas? O Vergílio é o Presidente da OCERGS. Vocês lembram o que é a OCERGS, não é? Acho importante uma fala do Vergílio, porque é bem importante saber o papel que vocês realizam.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS: Boa-noite a todos os presentes. Na nossa Semana do Cooperativismo, Ver.^a Sofia, um abraço bem especial a todos que pertencem a alguma cooperativa. A ONU, inclusive, consagra o ano que vem, 2012, como o Ano Internacional do Sistema Cooperativista Mundial. Hoje há 1 bilhão de pessoas no mundo que pertencem a alguma cooperativa. E, destas, no Rio Grande do Sul, nós temos 2 milhões de sócios e devemos ter 35 mil associados em 92 cooperativas de trabalho que estão registradas na nossa organização.

Cumprimento os órgãos municipais; ouvi atentamente os depoimentos dos senhores e a execução dos cumprimentos de contratos. Eu acho que a grande dificuldade da boa execução de um serviço de cooperativa de trabalho, que é uma atividade plenamente lícita, legal, são os indevidos Termos de Ajuste de Conduta que o Ministério Público do Trabalho firma com prefeituras. Até porque a Assembleia Legislativa, em 2005, através de um relatório feito por todos os Deputados, diz que o Ministério Público do Trabalho deve se abster de firmar novos Termos de Ajuste de Conduta e anular os já firmados com tomadores de serviços públicos e privados nos quais figure a proibição de contratação de sociedades cooperativas. Portanto, o primeiro aspecto.

Queremos dizer que a nossa cooperativa de trabalho, quando ela bem funciona, tem a legalidade e a funcionalidade como qualquer cooperativa do Estado: agrícola, consumo, crédito, saúde. Com certeza, a grande questão reside – e os presentes devem ser todos associados, talvez um pouco insatisfeitos com a sua cooperativa – na falta de conhecimento da cooperativa, eu diria que basicamente dos direitos e deveres que tem um sócio na cooperativa. Direitos fundamentais do sócio da cooperativa: participar de assembleias gerais, ser eleito para a direção de cooperativa, receber tudo o que a lei nos garante – e isso a cooperativa tem que garantir. O que é que a legislação nos garante? No mínimo, um ganho correspondente. E aí eu tenho que pegar a lei da nossa Vereadora de Porto Alegre, a Dra. Sofia, a Lei 10.687, que estabelece como regra especial que “o valor da remuneração recebida pelo trabalhador das empresas referidas no parágrafo único do art. 1º [inclusive estão as cooperativas] (...) não pode ser inferior ao piso da sua respectiva categoria”. Então, eu vou na saúde: se uma enfermeira padrão trabalha na área da saúde, tem que se respeitar rigorosamente o valor do piso daquela categoria, pois houve a convenção coletiva do respectivo sindicato, isso também se aplica para cooperativas. Em regra, em última instância, ninguém pode receber menos do que um salário mínimo. Se for Rio Grande do Sul, vale o piso do Rio Grande do Sul.

Cooperativas não foram criadas para tirar direitos do trabalhador. As cooperativas existem para dar mais ganho, mais renda ao trabalhador, porque toda a sobra, todo o lucro que é do empresário privado, normalmente, quando a relação é meramente trabalhista, vai para o patrão. Na cooperativa, o patrão são os sócios. Não sei se está bem claro. Quem é o dono da cooperativa? Se a cooperativa tem 200 sócios, 50 associados, os donos dela são vocês, são os trabalhadores. Vocês fazem assembleia, vocês elegem a direção, a administração; vocês fazem assembleia da distribuição do resultado; decidem de forma coletiva, através de um regimento próprio, qual é o ganho que devem receber. Se a cooperativa tiver folga, deve pagar mais do que um salário mínimo. Se for categoria profissional, tem que respeitar a categoria mínima. Isso é ser dono. Vocês são os donos do negócio, não são empregados! Ou seja, nós substituímos a figura do empregador com carteira assinada, por eu ser absolutamente dono do meu negócio. Agora, isso implica conhecer profundamente os nossos direitos e nossos deveres na cooperativa. Conhecer bem o estatuto social – tem que ter o estatuto debaixo do braço. O estatuto do trabalhador de cooperativas de trabalho equivale à bíblia para o cristão! Ele tem que conhecer os

seus direitos e deveres. Se não conhecer, dificilmente nós podemos organizar bem uma cooperativa. Então, o primeiro aspecto é esse. Normalmente, a cooperativa vai ter grandes dificuldades na sua boa gestão se o sócio desconhece o que é até uma cooperativa. Cooperativa é uma organização livre, voluntária: ninguém é obrigado a entrar na cooperativa, ninguém é obrigado a ficar na cooperativa. Todos têm um voto igual, e esse voto tem que ser exercido nas reuniões e nas assembleias; todos têm direito a receber o retorno, que significa aquele ganho a mais – se fechar o balanço e sobrou dinheiro, volta para os sócios. Todos têm direito a seguir as obrigações previdenciárias. A cooperativa tem legislação, e a legislação é muito clara sobre isso. Aliás, falando em lei, nós temos, colegas da Prefeitura, 22 legislações que regem o ordenamento de cooperativas de trabalho. O setor cooperativo é o mais complexo que existe, o que tem mais legislações no mundo. Tem o Imposto de Renda, de 1,5%, que é descontado na fonte na hora da fatura, e, principalmente, a Previdência, que está garantida há muitos anos. A Previdência tem que ser paga, se ela não é paga, cabe ao gestor público, ao fiscal, como vocês chamam, reter a próxima fatura da cooperativa e exigir o pagamento da adimplência contratual da Previdência Social, porque pagar a Previdência é um direito sagrado. Isso tem que ser controlado pelo tomador de serviço, a tal ponto que, se essas cláusulas de obrigações previdenciárias não forem estritamente obedecidas, cabe à Administração Pública romper o contrato de trabalho com a cooperativa – é obrigação. E o Decreto Legislativo que estabeleceu essa matéria é o de nº 22.277 de 1997, que reza claramente que, caso o gestor público verifique que as cláusulas contratuais não estejam sendo obedecidas na ordem da execução do serviço, cabe a ele romper o contrato, e, aí, se tiver havido uma auditoria prévia desse serviço mal cumprido, não executado por cooperativa ou por tomador de serviço, podendo ser também empresa privada, não cabe indenização à Prefeitura por perdas e danos. Portanto, é muito importante que a Administração Pública controle isso.

Vou chamar a atenção de mais um ponto. O grande problema no Brasil, de distorções que ocorrem na hora da prestação de serviço público, é muitas vezes na licitação. Eu sei que o Tribunal de Contas tem 15 regras que têm que ser seguidas pelo administrador público quando começa a licitar, e a cooperativa que não cumpriu contratos em qualquer outra organização, ou a empresa terceirizada que não cumpriu contratos anteriores tem que ser excluída do processo licitatório, não pode participar. Nós temos que selecionar as boas

cooperativas de trabalho. Existem boas cooperativas de trabalho, nem todo mundo não presta. Pelo fato de, em um grupo de dez advogados, um não prestar, eu vou dizer que todos não prestam? Não é assim. Na cooperativa de trabalho tem o joio e tem o trigo. Nós, infelizmente, temos que dizer que existem boas cooperativas de trabalho que prestam bons serviços, mas também há aquelas cooperativas que não prestam bons serviços nem para a Administração Pública, muitas vezes, e muito menos para os seus trabalhadores, seus associados, sócios da cooperativa. Existem cooperativas que não realizam assembleia geral! Como vocês podem criticar a sua gestão se não tem assembleia geral?

Então, em última instância, eu posso dizer que a cooperativa é legal. Nós defendemos as cooperativas legais, trabalhamos por elas; insistimos com as Administrações Públicas e negociamos inclusive com Administrações Municipais para mostrar a legalidade das cooperativas. Agora, quanto à conveniência de contratar por processo licitatório, isso depende, evidentemente, de a comissão licitatória manter um excelente controle das empresas que se habilitam; se elas cumpriram os contratos de outras situações; se, durante o exercício do contrato, estão pagando direito os seus trabalhadores; se estão pagando a Previdência Social e outros, como o Imposto de Renda, e as outras obrigações sociais que elas têm. Se ela tiver um bom cumprimento e atenderem bem os associados, essa cooperativa merece existir, assim como toda empresa!

Já tivemos, aqui na Câmara Municipal, há três anos, uma cooperativa que foi afastada em parceria com a própria OCERGS. Nós pedimos que ela se afastasse, porque ela não estava prestando um bom serviço. Há cinco anos, também tivemos uma empresa que prestava serviço para a Assembleia Legislativa do Estado: não era cooperativa, era uma empresa privada e deixou todo mundo pior, não pagava Previdência, não pagava FGTS, não pagava direito algum. Então, cabe à Administração Pública manter um excelente controle sobre a execução dos contratos, e os associados conhecerem bem os seus direitos.

Margaret e Ver.^a Sofia, nós já fizemos quinhentos e poucos cursos, este ano, de cooperativismo. Se as cooperativas de trabalho ainda não conhecem bem os seus direitos e os seus deveres, eu proponho ficar aqui e depois discutir, organizar cursos para vocês na sede da cooperativa ou onde for melhor, no posto de trabalho. Naquela ocasião, inclusive, fizemos cursos aqui na Câmara. O Presidente da Câmara, Ver.^a Sofia, permitiu

que fosse encurtada uma hora de trabalho para, nessa hora, as pessoas fazerem um curso de cooperativismo para conhecerem todos os seus direitos e deveres a fim de que a cooperativa funcionasse bem – é tudo que se deseja. Eu acredito que todos os administradores que estão sentados aqui, da Prefeitura, gostariam de ter o melhor serviço prestado na cooperativa – serviço de qualidade, de pontualidade – e que vocês tivessem a maior satisfação possível, que fossem felizes no trabalho e que o ganho todo voltasse a vocês, trabalhadores associados de cooperativas.

É uma proposta que eu faço, Ver.^a Sofia. Se pudermos contribuir para melhorar a organização cooperativa, nos colocamos inteiramente à disposição, e esses cursos são absolutamente gratuitos, ninguém paga nada. É do nosso sistema SESCOOP. Obrigado, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vergílio. Nós, de fato, já ficamos de organizar esse curso – não é, Margaret? – no ano passado.

A Sra. Margaret Garcia da Cunha, Vice-Presidente da Fetrabalho – Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

A SRA. MARGARET GARCIA DA CUNHA: Boa-noite a todos. Cumprimento a Sofia e, em nome dela, todos os da Mesa. Cumprimento vocês, a quem eu fiquei observando. Quando o Vergílio e os participantes desta Mesa começaram a falar, eu fui observando os rostos e as expressões de vocês. Quando ele começou a falar em cooperativismo, eu vi expressões que não me agradaram, porque parecia que vocês estão dentro de algo que não é o que ele estava falando. Eu falo em nome do cooperativismo do trabalho, porque sou da Federação, falo do sistema também, e quero dizer que isso me surpreendeu, porque os rostos de vocês me mostraram algo que eu não gostaria de ter visto. Cooperativismo de trabalho é uma empresa coletiva em que todos vocês são donos e cooperados. Vocês pagam quotas-partes para fazer parte dessa empresa e, dentro dessa empresa, vocês têm direitos e deveres que vocês têm que conhecer através do seu estatuto, e vocês devem lê-lo e saber o que está escrito lá dentro. Ao mesmo tempo, todos os anos, devem participar da assembleia geral para decidir o futuro dessa empresa coletiva de vocês! Se vocês não fizerem isso, vocês não estarão exercendo o seu direito de sócios, donos desse empreendimento. Então, vocês estão fazendo o quê? Desculpem-

me olhar para vocês, porque cooperativismo é isto: é participação, é trabalhar em prol de que todos tenham benefício. Eu não acredito que um associado que estiver dentro de uma cooperativa não vai lutar para ganhar mais, não vai fazer um trabalho excelente para ter o reconhecimento do seu trabalho. Isto é cooperativismo: somos nós, entre as nossas diferenças, sermos iguais. Cooperativismo é isso. Cooperativa de trabalho não veio para o mercado para precarizar, para dar aos seus associados uma retirada. Nós não temos salário, gente, nós temos é retirada dentro da nossa empresa, daquilo que nós produzimos, porque é um trabalho justo. Eu só ganho pela minha produção. Se eu trabalhar, eu ganho; se eu não trabalhar, eu não vou ganhar. Então, eu vou retirar da minha empresa o valor sobre o trabalho que eu executei. Isso é cooperativismo, isso é me sentir dentro da minha empresa, ter voz e vez na minha assembleia, junto com todas as nossas vozes sendo ouvidas. Então, é a nossa cooperativa, é a nossa assembleia, é o nosso trabalho, é o nosso empreendimento. Todos nós temos de ter voz e vez dentro da cooperativa. E eu vi um menino falando que a cooperativa vai dar carteira assinada. Então, ela deixará de ser uma cooperativa, me desculpe, porque, a partir de uma assinatura de uma carteira para os seus associados, ela não é mais uma cooperativa. Eu, como dono do meu empreendimento, não posso dar a mim mesmo uma carteira! Como é que eu vou ter uma carteira assinada, se eu sou dono daquela empresa? Outra coisa, sobre esta Lei da Ver.^a Sofia, eu tenho a grata satisfação de dizer que ela, como uma pessoa democrática, quando foi fazer essa Lei, no primeiro momento, viemos conversar com ela. E ela abriu as portas do seu gabinete e negociou, trabalhou conosco toda uma construção de uma Lei que fosse boa para as cooperativas, boa para os seus cooperados. Dentro da Federação, tudo isso que foi exigido e o que diz na Lei, as filiadas da Federação dão. Inclusive, nós temos filiadas que já criaram até fundo natalino. Então, nós temos fundo de repouso, temos fundo de seguro, vale-alimentação, vale-transporte, atendimento médico – nós temos cooperativas associadas da Federação que têm médicos dentro da cooperativa!

Então, cooperativismo não é para nos deixar o ganho menor, para baratear as coisas, não. Nós temos é que, sim, participar. Mas sobre o que eu chamo a atenção de vocês? Vocês entraram na cooperativa e não participam dela. Vocês não sabem nada. Então, isso não é cooperativismo, quero deixar bem claro – cooperativismo não é isso: cooperativismo é a participação, é eu saber que faço parte de algo que estou dentro.

E outra coisa que me chamou a atenção, de que um outro participante falou, é que existe uma Lei que, no fim do ano – tem de ser deixado bem claro aqui -, foi assinada, em 15 de dezembro de 2010. Eu chamo a Lei, de brincadeira, de proibido proibir, porque ela é bem clara na participação das cooperativas dentro de qualquer licitação. E quero te dizer, menino, que, para ti, pode ser muito bom o pregão, mas para nós, do cooperativismo, não, porque nós temos várias cooperativas que nem todas têm todos esses fundos. Então, as que dão todos os direitos aos seus associados, que reivindicaram isso em assembleia, se concorrerem com uma que não tenha tudo isso, elas vão perder, porque o custo de competitividade para elas é um, e o custo da outra é diferenciado.

Procurem a OCERGS, o nosso Presidente colocou à disposição e eu o ajudarei a concretizar isso. Informem-se dos seus direitos, dos seus deveres e o que é uma cooperativa. Por favor, façam isso, porque eu quero ver, na outra reunião, o olhar diferente de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Bem, o Marco pediu para clarear o que é o processo por pregão eletrônico.

O SR. MARCO SEADI: Primeiro, eu fico muito feliz e contente pelo termo menino, porque eu ainda sou mesmo um garoto, um guri, um menino com felicidade. Fico feliz pelas palavras de todos, mas eu não posso deixar de explicar só uma coisinha que é muito importante para vocês. Nós também vamos aprendendo, apesar da idade; estou há bastante tempo nisso, apesar da pouca idade. Caso eu não faça uma licitação, a chance de eu sair preso e algemado, numa Fundação como a nossa, é de 98%. Então, é muito claro que o pregão é a lisura, é a clareza do que está se fazendo.

E nós, Kevin Krieger e Marco Seadi, enquanto estivermos à frente da FASC, não teremos outra forma que não o pregão eletrônico. Não pretendemos, só se tiver algum caso fortuito, força maior, senão, não será feito, porque, ser preso ou ter meu nome manchado, isso não ocorrerá. E até para ter cuidado com todos vocês, ter respeito por vocês, eu uso a Lei nº 8666, que é a Lei de Licitações.

Mais uma vez, até aproveitando, porque ouvi várias falas aqui e gostei muito, para quem é ou quem não é da FASC, será igual, a casa é sua. Então, vocês estão convidados, e a hora que quiserem, podem ir lá procurar por mim: vai ser uma honra conversar com vocês

e tirar qualquer dúvida de vocês. Só quero deixar muito claro que as portas estão abertas para quem é ou não é da casa, porque vocês são donos de lá, não eu. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Queria franquear a palavra para as cooperativadas.

A SRA. TATIELI CAETANO DA SILVA: Boa-noite, eu sou representante das funcionárias da Escola Pasqualini. Eu gostaria de falar que é muito bonito, muito poético o que a senhora falou, mas não é o que tem acontecido. E eu gostaria de perguntar, também, para o Conrado sobre o novo contrato com a Cootrario. Mesmo tendo conhecimento de que a Cootrario é uma empresa que não dá assistência aos funcionários, vocês, assim mesmo, vão renovar o contrato com a Cootrario? (Palmas.) Era isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, eu vou combinar que vocês vão se manifestando e, depois, a gente volta em bloco para a resposta.
O Laudemir, do Simpa, está com a palavra.

O SR. LAUDEMIR MACHADO DE FIGUEIREDO: Boa-noite à Mesa, boa-noite, Ver.^a Sofia, colegas e trabalhadores. Estou representando o Simpa aqui. A gente vê, com muita preocupação, as questões das cooperativas. Como aquela colega falou, é muito bonito ouvir o que está sendo explanado aqui na Mesa, mas nós, que defendemos os trabalhadores, que estamos na luta pelos trabalhadores, pelos seus direitos, o que temos acompanhado, o que nos chega lá no Simpa? Chegam-nos muitas informações de que algumas cooperativas não estão cumprindo com aquela função que o Vergílio e a Margaret falaram ali. Por isso que eu compreendo a preocupação dos colegas, quando nas falas do Vergílio e da Margaret. Ficou uma expressão de espanto no rosto de vocês. Porque seguidamente temos recebido, lá no Simpa, denúncias, que chegam tanto nas escolas como nos outros departamentos, tipo DMLU, tipo DEP, da precarização do trabalho e também que muitos funcionários da cooperativa não estão sendo respeitados nos seus direitos. Muitos deles sabem seus direitos, sim; agora mesmo, conversando com uma senhora no plenário, ela disse: “Eu não sou analfabeta, eu sei dos direitos das cooperativas, sei dos direitos que o cooperativado tem, mas não dão condições para que

a gente possa fazer a disputa”. Por isso é que eu achei interessante a fala do Vergílio e da Presidente, a Ver.^a Sofia, de abrir esta discussão junto com os cooperativados.

O que nós vemos? Hoje mesmo, lá no Simpa, vieram denúncias de que corra um boato nas escolas de que o servidor, o cooperativado das escolas que viesse a participar desta plenária aqui teria algum tipo de represália. Então, eu gostaria que, a partir deste momento, qualquer problema que venha a ocorrer com algum trabalhador, principalmente das escolas, que tragam para a Vereadora, e que levem para o Simpa, porque essas questões de denúncias, no ano passado e no início deste ano, o Simpa levou essas denúncias à Secretária Juracy, se não me engano, dos problemas que havia nas escolas, e também levamos para o Sr. Prefeito de Porto Alegre essas questões todas. Embora não sendo da nossa alçada, onde há um trabalhador que está sendo oprimido, onde há um trabalhador cujos direitos não estão sendo respeitados, nós nos sentimos na obrigação e no dever de fazer esta disputa com vocês. Também nos colocamos à disposição no caso de qualquer problema que venha a ocorrer com vocês; o Simpa está com as portas abertas, inclusive até em esclarecimentos na questão das cooperativas. Nós achamos bem interessante a formatação delas, mas vemos que muitos de vocês desconhecem – e de propósito; inclusive, conversando aí, nos disseram que não sabem nem onde ficava a sede da empresa da cooperativa de vocês.

Temos um entendimento também de que as cooperativas, infelizmente, na Prefeitura Municipal, são, sim, a precarização do trabalho. É, sim, a precarização! E por que falamos isso? Pela maneira como vem se dando, inclusive, a própria distribuição dessa cota, dessa parte a que o trabalhador tem direito.

Conversando com várias cooperativas, como a Cootravipa, e agora, sabendo da de vocês, muitos servidores nem recebem um salário mínimo, e ainda toda aquela vestimenta, todo o equipamento que esse trabalhador usa ele é obrigado a pagar. Isso eu estou falando, porque nós temos acompanhado, nós temos visto, e essas informações chegam até nós. Por isso, entendemos que é interessante o que está sendo discutido aqui, até para clarear o que realmente tem que ser feito, e acho que, a partir deste momento, o cooperativismo ganha um impulso para que os cooperativados possam fazer as suas reivindicações junto aos seus colegas, para que os demais inclusive também participem das assembleias.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Laudemir.

A Cristiane de Aguiar Goulart, da Escola Maria Marques Fernandes, está com a palavra. Quero deixá-los bem tranquilos, porque nós temos a lista de presença de todos, e nós não vamos admitir retaliações, porque existe lei que proíbe assédio moral.

A SRA. CRISTIANE DE AGUIAR GOULART: Boa-noite a todos; boa-noite, Ver.^a Sofia Cavedon e todos os representantes na Mesa. Como a senhora mesmo disse, eu sou representante da Escolinha Maria Marques Fernandes. Eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Conrado e ao Seu Seadi. Nós, como cooperativados, sabemos de alguns direitos que temos, sim. Assim como a colega falou, nós somos donos. Então, como donos, nós gostaríamos de saber por que a Cootrario não nos deu um contrato em mãos. Muitos de nós temos mais de dois anos de casa, e nunca tivemos uma reunião com eles, tanto que, quando a gente pediu isso, eles falaram que iriam ver o que poderiam fazer. Mais de dois anos, três anos também, e nunca fomos chamados para nada.

Outra coisa: a passagem. Nós ganhamos, sim, esse direito – ficamos muito felizes a respeito disso, pela passagem, médico e vale-alimentação. Só que o que acontece? Junto com esses benefícios, vem a dor de cabeça. Por quê? Há atraso na entrega da passagem, e muitos de nós dependemos de ônibus; então, temos que botar do nosso bolso quando isso acontece. O reajuste não foi nos passado ainda. O nosso tíquete-alimentação é inferior ao que está no mercado; nós gostaríamos de saber o porquê disso. Cota-parte: nós temos companheiros que tem três anos, e nós nunca vimos isso, a cota-parte; muitos benefícios que a nossa colega falou que muitas cooperativas têm, nós nunca ouvimos falar e nunca ficamos sabendo.

Quando a gente liga para a Prefeitura Municipal, para a FASC, a SMED, querendo saber de alguma resposta, ninguém tem uma colocação correta ou concreta para nos passar, tanto é que, sobre esta Reunião que estaria acontecendo aqui hoje, nós ligamos para a Cootrario, perguntamos se estaria acontecendo, e a que horas seria. A informação que passaram para a nossa colega foi a seguinte: “Não vai ter reunião nenhuma; não nos foi passado nada, isso é boato”. Quando a nossa colega perguntou sobre as passagens, sobre os nossos 15 dias de repouso, elas disseram também que não tinham nada para poder nos passar. Aí nós perguntamos: “Quando vocês vão ter alguma coisa concreta e

nós vamos poder ter uma reunião junto de vocês, para poder ser esclarecido? Como donos, a gente tem direito”. A resposta que nos deram foi a seguinte: “Por enquanto, é assim. Quem não estiver satisfeito que, por favor, vá embora”. Essa foi a resposta que nos foi dada. (Palmas.) Então, nós gostaríamos de esclarecer isso. Inclusive, os nossos 15 dias de repouso. Nós ganhamos isso também, a partir de julho, agora está fazendo um ano. Vocês falaram que, a partir do dia 20, vai ser assinada a carteira. Gostaríamos de saber como é que isso vai ficar, e se nós, com dois, três anos de casa, vamos perder tudo isso, e vai ser renovado, ou se a gente vai ter direito ao nosso reajuste de passagem, reajuste de tíquete-alimentação, e inclusive ao nosso repouso. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Clarice Miguel, representante da secretária da Cootravipa, está com a palavra.

A SRA. CLARICE MIGUEL: Boa-noite, Ver.^a Sofia; boa-noite a todos os membros da Mesa; boa-noite, pessoal. Tem gente aqui que eu conheço e que acho que já fizeram parte da Cootravipa na época em que a Cootravipa trabalhou com a SMED. Infelizmente, contratos a gente ganha e contratos a gente perde. Como disse o representante do DMLU, o Sr. Eduardo, a Cootravipa tem um contrato atual com o DMLU e que adequou à Lei nº 10.687, e estamos fazendo de tudo para cumprir o nosso contrato.

Com relação à FASC, nós temos parceria com a FASC, porque muitas pessoas da FASC são encaminhadas para a Cootravipa e se tornam associados. Trabalham através da FASC e passam a ser associados da Cootravipa em busca de trabalho.

A Cootravipa, há 27 anos, oferece muito daquilo que a Lei nº 10.687 pede. O Fundo Repouso da Cootravipa existe há 27 anos, e aqui eu não vou nem falar como Diretora, atualmente, da Cootravipa, eu vou falar como associada há 13 anos, que deixou o mercado, saiu da lei celetista, uma profissão completamente diferente daquela que eu deixei há 13 anos; abandonei, literalmente, a carteira assinada, para ser dona do meu trabalho. Como associada da Cootravipa, eu passei a ser dona do meu trabalho. Há 13 anos, eu participo de todas as assembleias da Cootravipa e voto, como todos os 1.800 associados ativos da Cootravipa, no momento, fazem. Todas as decisões são tomadas em assembleia-geral. Não é um presidente, não é uma diretora, não é uma secretária ou telefonista que decide: são 1.800 pessoas que decidem.

Sinceramente, quanto à carteira assinada, eu, como cooperativista, não quero carteira assinada, porque, como cooperativista, eu tenho as minhas necessidades supridas; eu tenho o meu INSS, que é pago; eu pago a minha parte do INSS, eu tenho direito à minha aposentadoria. Eu tenho direito, se eu adoecer, a me “encostar” e ficar quanto tempo o INSS achar que eu estou doente e me dar esse direito. Não é a Cooperativa que me dá esse direito, é o INSS. Como sócia da Cootravipa, já estive “encostada” pelo INSS; tive problemas sérios de saúde e fiquei quase quatro anos recebendo o benefício do INSS. E não foi pela carteira assinada, foi o pagamento do meu INSS que me deu essa garantia. Infelizmente, na minha opinião... e tenho certeza de que, representando os 1.800 associados da Cootravipa, eu digo para vocês: não vai adiantar nada assinarem uma carteira, se não forem cumpridas todas as regras, porque é muito fácil eu assinar um papel, gente! Eu posso assinar mil papéis, mas o tomador, como o DMLU, que é nosso parceiro... Nós trabalhamos com o DMLU há 27 anos – está aqui o Dr. Eduardo, que prova –, trabalhamos com a SMED por muito tempo, com o DEP, com o Hospital Presidente Vargas... Como disse a Margaret, nós participamos de um pregão eletrônico com o Hospital Presidente Vargas. Temos lá 18 profissionais formados trabalhando desde janeiro de 2009. Ganhamos, agora, em janeiro, um novo contrato por pregão eletrônico também. Então não é a carteira assinada que dá garantia para que os nossos direitos sejam cumpridos. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Néri Regina da Rosa, da Escola Maria Marques, está com a palavra.

A SRA. NÉRI REGINA VAZ PIRES DA ROSA: Boa-noite, Sofia, Mesa, colegas, a minha pergunta vai ser para o Conrado. Se a cooperativa vem nos dando problemas, e temos problema com ela todo esse tempo, e a gente liga para a SMED, a gente reclama, a gente fala, como foi decidido continuar com essa cooperativa sem nos chamar, sem fazer uma reunião, perguntar se nós concordávamos? Foi tudo feito, e agora só chegaram para nós e disseram: “Bom, agora vocês têm que engolir”. É assim que a gente está se sentindo. Ninguém nos perguntou se podia ficar com essa cooperativa, se ela estava boa ou não estava.

Pessoal, as passagens subiram, em novembro, de R\$ 2,45 para R\$ 2,70, e os funcionários estão recebendo R\$ 2,45 até hoje! Quando ligamos para lá, eles dizem que a SMED não repassou esse dinheiro. Mas, se a SMED não repassou, a SMED é tão companheira dessa cooperativa, que está nos deixando desse jeito! Então a SMED também é culpada! Porque é impossível que nós vamos receber R\$ 2,45 até hoje!

Sobre a carteira assinada que vocês estão dizendo que a gente vai ter, o que adianta ter carteira assinada e continuar do mesmo jeito? Vocês acham que nós vamos ter INPS, todos os nossos direitos, salário, décimo terceiro, férias, tudo isso? Nada disso nós vamos ter.

Outra coisinha: nós temos uma colega que disse que caiu, se quebrou, ligou para lá, e ninguém fez nada! Ela está aí, machucada! Isso pode acontecer com qualquer um de nós aqui, cair, se machucar, e nós é que vamos que dar um jeito!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu vou te passar a palavra depois, é importante o teu depoimento.

A SRA. NÉRI REGINA VAZ PIRES DA ROSA: A gente ainda tem esses descontos que eles estão fazendo; estou até com meu contracheque aqui. O nosso salário – dizem –, R\$ 882,00, está aqui. Aí eles descontam tudo, R\$ 325,00 de desconto. Aí eles enchem a boca, dizem que ganhamos 800 e tantos reais. Não, nós ganhamos 500 e poucos reais.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Deixem uma cópia conosco.

A SRA. NÉRI REGINA VAZ PIRES DA ROSA: Deixo sim. Pessoal, eu sou da cozinha, sou cozinheira, mas tem colegas que trabalham na área de serviços gerais, que é bem menos que isso aqui ainda. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Néri. A Sra. Ana Paula Machado está com a palavra.

A SRA. ANA PAULA MACHADO: Sou da Escola Ana Íris do Amaral. Um dos vários problemas que a gente tem contra a OCERGS é a questão das passagens, porque é depositado uma por mês, esperam virar o mês para depositar o restante. Tanto que foi depositado nesta semana uma passagem, e ainda estão devendo duas do mês passado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Quando tu falas uma passagem, é uma passagem ou um mês?

A SRA. ANA PAULA MACHADO: Não, uma semana. Depositam 47 reais, sendo que 25 reais são de passagem e 22 reais de vale-alimentação, toda semana era para entrar, mas não entra. Entra na primeira semana do mês, depois eles vão empurrando, empurrando, vira o mês e aí, no mês seguinte, eles pagam o mês anterior. Outra coisa é a questão dos EPIs, porque a gente não tem, eles não dão os jalecos brancos, no caso, para mim que sou da cozinha, os aventais feitos de tecido; nem os impermeáveis; os sapatos a gente também não têm; as botas, muito menos. Para ter uniforme, a gente acaba pegando o uniforme da pessoa que foi embora, aí tu tens que usar o dela, porque a cooperativa não manda. Sem contar que o contra-cheque vem três meses depois. (Palmas.) No contra-cheque da Cootrario, em cima, onde deveria estar o número do CNPJ, sempre faltam os dois últimos números, se tu fores usar esse contra-cheque para alguma coisa, não vale. Se for abrir alguma conta em alguma loja, em algum lugar, não dá. Quando tu ligas para lá, para ver a questão do médico, por exemplo, eles te dizem que tem clínico-geral e que se tu quiseres a Cootrario marca. Só que se tu ligas para marcar, o médico nunca tem agenda, ou seja, na realidade, o médico não existe, não tem, isso quando a secretária não desliga o telefone na tua cara, porque ela é “muito educada”. Se a gente chama o nosso supervisor, no caso, ele não vem, ele nunca sabe de nada. Tanto que, na questão das carteiras, foi dito para nós lá na Escola Ana Íris, pelo supervisor, que a Cootrario sairia devido os problemas, que a SMED não continuaria com a Cootrario, agora o moço vem dizer que a Cootrario fica. Daí a gente quer saber qual é o interesse que a SMED tem em continuar com uma cooperativa que, realmente, não está dando certo, que não tem mais condições nenhuma. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Eduardo, do DMLU, está com a palavra.

O SR. EDUARDO RAVA DE CAMPOS: Só quero fazer um esclarecimento para vocês com relação à questão de cumprimento de contrato. A representante da Cootravipa pode esclarecer muito bem. As cooperativas, assim como qualquer outra empresa que participa de uma licitação pública, no próprio edital tem as obrigações: fornecimento de EPI; fornecimento de vale-transporte; vale-alimentação, todo esse tipo de coisa. Na verdade, cada contrato tem um fiscal, como qualquer empresa terceirizada, tem seu fiscal do contrato. Se a cooperativa não atende ao que é exigido no edital, ela é notificada, autuada, como qualquer empresa terceirizada. E o DMLU tem sido vigilante, inclusive, tanto com relação às cooperativas quanto em relação às empresas terceirizadas. Já coloquei para a Presidente da Câmara, hoje á tarde, com relação às empresas terceirizadas dentro do DMLU. Nós temos autuado, temos notificado a empresa a regularizar o serviço; quando não regulariza, a gente autua. A autuação é multa contratual, e isso funciona para as cooperativas também. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Margaret está com a palavra.

A SRA. MARGARET GARCIA DA CUNHA: Eu queria me reportar, junto com o Eduardo, do DMLU, uma das coisas que, em outros debates, eu e a Sofia já conversamos, a partir do momento que tu fazes uma licitação – desculpe, eu quero te responder -, existem três tipos de licitação para não ir preso, e a de pregão é a mais triste, porque ela obedece, rigorosamente, o menor preço. É isso que eu quis dizer para ti, não quis dizer que tu não devesses fazer a licitação. E aí o que acontece? Conrado, do DMLU, eu vou te dizer que na licitação, quando tu fazes, tu estabelececes regras, como o Vergílio disse. Essas regras, o rapaz do DMLU, o Eduardo, falou muito bem. O que ele trouxe? Tu tens que cobrar, o tomador tem que ir atrás e ver se aquela empresa – seja ela cooperativa, ou qualquer outra empresa –, se ela está, realmente, dando os benefícios do trabalhador: CLT, se for uma empresa normal; e se for cooperativa, o que está dentro da lei. Então, o tomador também tem o seu compromisso se isso acontecer, como está acontecendo para ele. Por quê? Porque ele não fez cumprir aquilo que ele tem que cumprir: ser fiscalizador. Ele tem a obrigação de ver e estar de olho naquele contrato. (Palmas.)

O SR. EDUARDO RAVA DE CAMPOS: Só uma breve complementação. Ela acabou de falar aqui – eu acabei esquecendo até. Eu prestei muita atenção no que uma cooperativada, aqui na frente, disse com relação à que a cooperativa teria alegado que a SMED não repassou valores. Isso não existe, não existe repasse. As obrigações da cooperativa estão elencadas no edital de concorrência, e a Secretaria não tem nada que repassar nada além do valor contratado, do valor do contrato. Não repasse, isso é “história da carochinha”, não existe repasse de outros valores, a não ser o valor do contrato.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Ana Maria Barbosa Santos, da Escola Presidente Vargas, está com a palavra.

A SRA. ANA MARIA BARBOSA SANTOS: Boa-noite, sou da Escola Presidente Vargas. Eu entrei na Escola, faz um ano que estou na Escola, porque simplesmente uma colega me disse que tinha uma vaga. Eu cheguei lá, ele só foi no dia, e disse: assina aqui. Depois nunca mais eu o vi. Agora uma colega falou que nós temos atendimento médico, isso eu nunca escutei, eu escutei agora ela falar isso. Eu queimei a mão uma época lá, eu trabalhei com a mão queimada, porque disseram que, se eu não fosse trabalhar, eu não ia receber. Eu trabalhei com a mão queimada. Eu simplesmente botei atadura, botei a minha luva e fui trabalhar. Uma colega nossa teve um AVC na cozinha. Ele foi lá, correndo, para demiti-la, para ela ir para o hospital. Agora, em dezembro, quando foi para demitir todos os funcionários, porque em janeiro não ia ter ninguém na Escola, eu fui a única que fiquei, só uma funcionária poderia ficar, e eu quis ficar, então eu fiquei em janeiro. Sabe como foram assinadas as demissões? No carro, na rua, na calçada, ele chamava as gurias, e as gurias assinavam para só voltarem em fevereiro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ANA MARIA BARBOSA SANTOS: Sim, no caso, é o afastamento.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): É o afastamento obrigado.

A SRA. ANA MARIA BARBOSA SANTOS: Eu nunca fiquei sabendo como é que é como é que não é, a gente fica sabendo pelas colegas. As assembleias que têm, eles nunca vão lá ver se nós estamos trabalhando, se nós estamos doentes. Se a gente liga para lá, eles nunca dão informação. O Clóvis desliga o telefone.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. ANA MARIA BARBOSA SANTOS: É, sempre. Ele nunca comparece. A gente não o vê nunca. Quando ele entra na Escola, é um tufão que passa. Sabe um furacão? Passou o furacão, pronto. Então a gente não tem orientação nenhuma. Quem fiscaliza isso? Nós não sabemos de nada. Se nós somos donos da empresa, mas e daí? Se agora eu fico doente, quer dizer: tu saís para morrer, porque não é mais dona da empresa. A gente tem que ter uma garantia. Não temos nada, nada. Então acho que falta, sabe? Ninguém sabe. Lá na Escola, tu podes perguntar para qualquer pessoa, ninguém sabe de nada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Ana Maria. Depoimento muito importante. Eu quero voltar a palavra para Mesa. O Sr. Laudenir está com a palavra.

O SR. LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO: Ouvindo o relato dos colegas e da Mesa, trouxe-me uma preocupação, Presidente, que eu vejo que as cooperativas fazem o que bem entendem. E, conversando com o colega, o Vergílio, não existe uma fiscalização das cooperativas, embora tenhamos a Federação das Cooperativas de Trabalho do Rio Grande do Sul – Fetrabalho – e a própria OCERGS aqui, que não existe uma incidência dessas organizações em cima das cooperativas. Porque, no meu entendimento, deveria haver. Porque, como é que se forma uma cooperativa? Não são simplesmente duas, três pessoas que criam uma cooperativa, uma entidade civil organizada e tal, e não há um regimento. Regimento tem, o que não há, na verdade, são órgãos, ou seja, os representantes das cooperativas que vão incidir sobre essas questões todas. A meu ver, isso é preocupante. Até porque, como o Rava falou, quem faz essas fiscalizações, quem cuida disso na verdade, é o gestor, é o fiscal do contrato. Acho que o fiscal do contrato só faz um trabalho, meramente, na questão relação gestor e cooperativa. Agora, as questões

propriamente dos trabalhadores, se não existisse a preocupação, digamos, do Simpa e de outras organizações de fazer a defesa dos trabalhadores, a OCERGS e a Federação, a meu ver, parece que ficam meio isentadas. Essa é uma provocação que estou fazendo. É esse entendimento que está colocado aqui na Mesa, até porque deveria estar aqui também a Cootrario, eu não sei o que houve que não está na Mesa. (Palmas.) Até porque, pelos relatos do pessoal, nem sede tem essa Cootrario. É preocupante.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Vergílio está com a palavra.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS: O que eu pude observar das corajosas mulheres e são elas que sempre falam, parabéns pela coragem. Se eu pudesse transpor vocês para o meio rural, o nosso cooperativismo ficaria bem melhor ainda. Mas onde reclamar? A grande questão. Observem bem. Nós temos cinco lugares aos quais vocês poderiam reclamar. Em primeiro lugar para a Câmara Municipal, porque aí existe uma lei municipal onde há corregedoria, a própria Vereadora que tem um interesse muito grande em fazer cumprir a legislação, o que vocês acabaram fazendo. Nós estamos aqui porque alguns reclamaram, não é isso, Vereadora? E a corregedoria da Câmara é um lugar em que pode ser reclamado. Em segundo lugar, o Ministério Público. E, para isso, basta só telefonar, não precisa nem ir só telefonar. Terceiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Eu trabalhei no Tribunal, e nós recebemos muitas reclamações de cooperativas de trabalho. Lembro-me só de um fato, em Bento Gonçalves foi feita uma licitação, na Prefeitura, para enfermeiras. E, na licitação, deram um valor tão baixo que, quando fizemos o cálculo, o salário da enfermeira seria de 100 reais e não de 800 reais. O que o Tribunal fez? Anulou o contrato e mandou fechar a cooperativa. Então o Tribunal de Contas do Estado também tem o Disque-Denúncia. Podem ligar anonimamente, para não serem identificados. Eu já vi que não adianta reclamar na cooperativa, não é? É falar contra o muro. Parece-me que é esse o problema. Agora, o que eu quero dizer ao nosso sindicalista, a OCERGS também recebe denúncias. Se vocês têm qualquer irregularidade, e nós atendemos a todas as irregularidades e fazemos auditoria naquelas cooperativas. Eu acho que, talvez, pelo que eu deduzi de uma menina que falou aí, falou como representante da Prefeitura, a Prefeitura não é o seu patrão, vocês são o patrão. Se a cooperativa não atende, vocês têm, então, a Câmara Municipal, o Tribunal de Contas, o

Ministério Público e a OCERGS. Podem usar a OCERGS, sim. Denunciem. Nós estamos levando essa observação de vocês, que vocês fizeram agora, como denúncia pública, não é Vereadora? E já amanhã vou mandar fiscais na cooperativa para verificar como ela funciona, porque vocês estão denunciando barbaridades. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ótimo.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS: E, segundo o Marco, eu preciso ajudar lhe um pouco. Eu compreendo plenamente, eu também sou administrador público, administro o SESCOOP, o senhor vai ser preso, se o senhor eliminar o pregão eletrônico. O Tribunal de Contas do Estado criou uma tabela, para qualquer licitação, seja até por pregão, quando se trata de trabalhadores de mão de obra. Gente, Marco, eu quero até ajudar a Prefeitura, me proponho a sentar com os colegas da Prefeitura, e eu já disse isso para o nosso Prefeito, já no tempo do Fogaça, para sentarmos juntos, elaborarmos uma tabela em cima da lei da Sofia – posso chamar assim, Dra. Cavedon? –, ou lei da sabedoria, porque, no grego, Sofia significa sabedoria, então, é uma lei sábia. Quer dizer, vamos pegar todos os elementos aí. Por exemplo, tem que pagar a retirada mensal dos cooperativados, então, vamos calcular. Qual é a retirada? A cozinheira é 800, os demais são 700? Isso é uma coisa mínima. Toda empresa que fizer uma proposta, mesmo no pregão eletrônico – por exemplo, vai trabalhar com 50 pessoas na SMED – e ela diz que é pelo cálculo que se faz, e isso cabe à Comissão de Licitação fazer, bom, essa empresa não vai pagar 800. Ela não tem renda, ela fez um cálculo muito baixo. Então, nós construímos uma tabela... Nós temos várias tabelas, Marco, eu quero sentar contigo, vai lá na OCERGS, eu vou contigo. Se tiver vale-alimentação, vale-transporte, tudo isso tem que ser calculado, e toda empresa que fizer proposta vil, desonesta, desleal, numa licitação, mesmo no pregão eletrônico, o senhor pode anular essa proposta, o senhor não é obrigado a aceitar essa proposta, e elimina, então, essas propostas que são contrárias aos interesses dos trabalhadores, pois o direito do trabalhador está acima de qualquer outro direito. E assim o senhor fica protegido, Marco. O Tribunal de Contas criou essas tabelas, então, eu quero tranquiliza-lo, ajudá-lo, dizendo que o senhor estará seguindo a legislação e aí vai poder agir de forma mais rigorosa. Eu acho que uma das grandes falhas no Brasil são os

processos seletivos. Eu não digo que não funcionem só aqui, há dificuldades de funcionar no Brasil inteiro, eu sei disso.

E também nos colocamos à disposição, então, para a Administração Municipal, para que ela continue trabalhando e apostando em cooperativas, porque eu sei que vocês têm dificuldades. Aliás, eu diria que, muitas vezes, a Prefeitura paga a conta de cooperativas que não prestam bons contratos, e isso nós não queremos; não que os associados não prestem um bom trabalho, é que, muitas vezes, a própria cooperativa não cumpre o seu dever junto com a Administração Pública. Eu sei que todo Prefeito, todo Secretário de Estado, quer o melhor serviço, e a população vai aplaudir quando o serviço for bem feito – e eu sinto isso da parte de todos vocês. Portanto, vamos ser parceiros. Se houver irregularidades, denunciem diretamente na OCERGS. Nosso telefone – tomem nota – é 33230010 ou 33230000 e o nosso endereço fica na rua Félix da Cunha, nº 12, esquina com a Av. Farrapos. Se quiserem ir pessoalmente, procurem a nossa Organização, como também a Fetrabalho, que é a nossa extensão. Depois, a Margaret pode deixar também o endereço e o telefone de lá. E nós vamos procurar essas cooperativas para verificar o que acontece e para colocá-las em dia.

Um abraço, Sofia. Seria isso que nós queríamos agendar e propor, inclusive, cursos, porque eu não desisto. Nós precisamos fazer cursos para vocês lá na ponta do trabalho, lá na SMED, lá no local de trabalho. Então, vamos negociar isso também.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está bem, Vergílio. Nós estamos sempre recebendo reclamações e, da nossa parte, sempre ligamos para a SMED. Com relação a Cootrario, assim como ocorre com vocês, nós temos dificuldades. Já tentamos há algum tempo e entendemos que nós temos que cobrar do tomador. Então, nesse sentido, eu deixo duas perguntas, antes de passar para a rodada final: primeiro, quantas vezes a Cootrario já foi autuada pela SMED, uma vez que as reclamações são muitas e acontecem há mais de um ano? As reclamações são feitas, inclusive, por direções de escolas. Eu tenho conhecimento de que alguns diretores já se reuniram e já falaram tudo, todos os problemas que vocês disseram aqui para a Secretária de Educação. E fizeram isso não apenas uma vez, mas várias vezes. Portanto, a SMED é sabedora de todos os problemas da Cootrario, que são seriíssimos. Ela tem uma relação desrespeitosa com os trabalhadores, ela não tem uma relação de cooperativa, ela não desliga, ela demite, sim,

ameaça, faz e acontece e não dá nenhuma explicação. Eu acho gravíssimo e eu pergunto, Conrado: quantas vezes ela já foi autuada por não cumprir o contrato? Porque, inclusive, a legislação prevê que ela tem que comprovar as assembleias gerais que ela realiza com os cooperativados, ou seja, ela tem que comprovar inclusive isso. Segunda pergunta: quem é o fiscal do contrato designado pela SMED?

Eu passo a palavra para a Veridiana Machado.

A SRA. VERIDIANA MACHADO: Boa-noite a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu queria parabenizar todos que estiveram presentes aqui, com coragem, porque só assim é que se mudam as coisas, e não através do medo. Participação sem voz não existe, e aquela participação ilusória de que existe, mas não existe, também não nos serve. Eu sou trabalhadora da Fundação de Assistência Social e Cidadania, hoje, também, estou na direção do Simpa, mas eu vou falar aqui enquanto trabalhadora da Fundação, há dez anos, e que convive com os colegas que são cooperativados. Eu já cansei de fornecer vale-transporte para colega, porque ela ligava para o seu supervisor e ele dizia: “te vira, se tu não vieres, amanhã tem outra no teu lugar”. Eu acho que o modelo ideal de cooperativa, dentro desse mundo de trabalho em que a gente vive hoje e dentro desse sistema, tem uma longa distância com a realidade que se vive. Então, não adianta dizer “ah, cooperativa, vocês são donos”, pois dono sem participação, sem voz, não é dono de nada, é exploração, sim. E eu falo de um lugar, que é desses trabalhadores, dessas colegas, onde a gente cria um vínculo muito grande e, daqui a pouco, a gente olha noutro dia e a colega que atende na escola, por exemplo, não está mais lá. Eu trabalho num abrigo para população adulta em situação de rua, de vulnerabilidade social, e o vínculo que esses trabalhadores têm... Uma cozinheira é uma terapeuta, essas pessoas são educadoras tanto quanto nós do quadro, tanto quanto qualquer outro trabalhador, então, a gente luta para que os colegas também sejam valorizados, porque não é fácil conviver com esse tipo de situação. A gente entende que o ideal de cooperativa, no seu início, na sua origem, seria muito bom, se fosse verdade. E eu também deixo aqui uma sugestão de que vocês possam, enquanto trabalhadores, buscar informações sobre a carteira de trabalho, porque a carteira de trabalho é uma conquista antiga de muita gente que lutou para que a gente tenha uma aposentadoria, para que a gente tenha direitos garantidos, então, a gente precisa saber qual é a função dessa carteira de trabalho. Então, eu estou

aqui falando como trabalhadora de uma Fundação, desde 2001, e, naquela época, a gente já lidava com essa situação, situação essa que a gente precisa resolver de uma vez por todas. Esse modelo de cooperativa que se tem na realidade, e não, no ideal, nós não queremos, nós não precisamos e vamos lutar, porque é só assim que mudamos a situação: com a unidade de vocês, com o rompimento do medo e com a construção de uma luta forte, lutando pelo que é direito e que há muito tempo foi conquistado pelas gerações que batalharam, e é só assim que se consegue. É isso, pessoal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Tenho mais quatro inscrições, o pessoal se encorajou para falar, e vamos encadeá-las, depois, voltamos à Mesa – e aí encerramos com dez falas.

A Sra. Letícia Aguiar Bottari, Diretora da EMEI Vila Nova Restinga, está com a palavra.

A SRA. LETÍCIA AGUIAR BOTTARI: Boa-noite a todos. Sempre que posso acompanho as nossas cooperativadas, porque nós dependemos delas. Na minha escola, para dar um exemplo, nós temos cinco cooperativadas, todos os serviços gerais são cooperativados – são cinco –, e, na cozinha, são cinco cooperativadas e apenas uma concursada. E essa é a realidade da maioria das escolas, a grande parte do Quadro é cooperativada. Acho que temos que batalhar por elas, porque elas seguram a nossa escola.

Para mim, também, foi muita novidade ouvir o que a Sra. Margaret e o Sr. Vergílio falaram. Foi muita novidade porque eu nunca vi – estou há 11 anos lá na escola – essas funcionárias serem chamadas para Assembleia. Eu nem sabia. O EPI não é disponibilizado, e isso, eu, como Direção, recolho o da funcionária que sai, peço para a lavanderia lavar e guardo, porque sei que a próxima não recebe. O que muitas vezes acontece? Elas recebem um uniforme, nunca completo; nunca vi uma funcionária receber – estou há quatro anos na Direção – o uniforme completo. É aquela listinha que a gente recebeu ali, eu nunca vi: bota, sapato, duas calças... Nunca vi uma funcionária receber isso. E a parte que elas recebem, muitas vezes, não serve na funcionária, então ela tem que engordar ou emagrecer, porque tem que entrar no uniforme, porque não vem outro. Então, é um problema a questão do EPI.

A questão de ser dono, eu não sei se a própria SMED sabe disso – não é, Conrado? –, as cooperativadas assinam uma adesão e não ficam nem com cópia, elas não têm nem a

cópia da adesão. Então, a colega cooperativada ali falou da questão do contracheque e aí vai.

A questão do atraso do pagamento do vale-transporte, do vale-refeição é uma coisa constante. E o que acontece? Quando as cooperadas ligam, esse telefone nunca é atendido ou, quando é atendido, elas são atendidas de forma grosseira, muito grosseira. E essa forma grosseira, realmente, em reunião de Direções, já comentamos que até as Direções, às vezes, são atendidas assim, por essa cooperativa de que estamos falando, que é a Cootrario.

Hoje, essas funcionárias, essas cooperativadas que estão aqui, realmente, estão de parabéns. Eu não sei se isso aconteceu em todas as regiões, mas eu quero denunciar que, na Restinga, houve ameaça de afastamento, ou seja, cancelamento do contrato; afastamento de quem estivesse aqui; foi colocado que isso aqui não era uma reunião para elas virem, que isso era uma reunião política, então que elas não precisavam vir, inclusive, que a própria Cootrario não estaria, como não está, mas isso a gente já esperava, porque, em outros momentos, a Cootrario não compareceu também, e que, quando for assinada a Carteira de Trabalho, elas não vão receber o pró-labore. Isso foi colocado também. Sobre este pró-labore, elas são donas, logo elas têm uma parte para receber, e, se for assinado, foi colocado que elas não receberiam.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Da parte que foi recolhida?

A SRA. LETÍCIA AGUIAR BOTTARI: Exatamente, da parte que foi recolhida. Eu teria mais coisas para falar, mas não quero me estender muito. Então, só quero perguntar para a Dona Margaret se a Cootrario é filiada à Fetralho. Não é filiada?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Margaret, essa tua fala não está sendo gravada. Depois vou passar a palavra para ti e, no microfone, vamos gravar a tua fala.

A SRA. LETÍCIA AGUIAR BOTTARI: Queria perguntar ao Conrado... Eu sei que a nossa ideia, a ideia da SMED é o melhor serviço, o melhor trabalho, mas, com todas essas

denúncias, com tudo que já vimos discutindo, se a Cootrario não foi uma boa cooperativa, a Cootrario vai ser uma boa empresa? Porque, agora, com a proposta, a Cootrario vai se tornar uma empresa, não é? Essa é a pergunta. Eu espero que a gente olhe com bastante cuidado. Nós dependemos de todas essas pessoas que estão aqui e de todas que não vieram, porque não puderam, ou por medo até do afastamento. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Letícia.

A Sra. Marília da Silva Lima, da Escola Heitor Villa Lobos, está com a palavra.

A SRA. MARÍLIA DA SILVA LIMA: Boa-noite à Mesa, aos demais colegas. Há pouco tempo, a Diretora da Escola da Restinga falou que muitas colegas não compareceram por causa de ameaças. Isso foi verdade. E há uma coisa que eu gostaria de perguntar ao Conrado a respeito dessa cooperativa. Eu estou há três anos nessa cooperativa, já estive em outra que aqui está presente, que é a Cootravipa, tivemos várias reuniões, conhecemos a Direção, sendo que naquela estou há três anos e não conheço ninguém da Direção. Quando a gente liga para lá, eles nos tratam muito mal, inclusive, houve uma semana em que faltou a minha passagem, e eu perguntei a eles como que eu ficaria, e me responderam desta forma: “Se tu não tiveres passagem, tu vais a pé, ou então dá o lugar para outra que vai trabalhar”. E se eu estou no trabalho, é porque eu preciso, como todas as colegas que estão aqui precisam. Só que essa cooperativa deixou, e está deixando muito a desejar, e o nosso medo maior é ela assumir como Carteira assinada e nos sujarem a Carteira. Porque não adianta eles nos dizerem que vão assinar a Carteira e, por 15, 30 dias, a nossa Carteira está suja. A única coisa que nós queremos são os nossos direitos, que nós não estamos tendo, e essa Cooperativa está demais. Há três anos trabalhando dentro da Heitor Villa Lobos, e eu nem sei quem é a Direção, aliás, acredito que todas aqui não conheçam, porque nunca tivemos nenhuma assembleia. Vocês já tiveram alguma assembleia?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. MARÍLIA DA SILVA LIMA: Médico a gente não tem; repouso, nem pensar. Há dois anos, eu trabalho direto na Escola, a nossa briga é porque eles vão assinar uma

carteira agora, dia 20, mas a gente não sabe se a gente vai receber o direito que a gente tem. É isso o que eu gostaria de deixar dito aqui, agradecer a todo o mundo, a quem compareceu, mesmo com ameaça. Tivemos coragem, estamos aqui para reivindicar os nossos direitos. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Nara Regina Dubiel de Souza, da Escola Pepita de Leão, está com a palavra.

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: Boa-noite a todos. Talvez o que eu vá falar todos já devem ter falado, mas, em primeiro lugar, eu quero dizer que a gente não tem direito a nem o contrato. Estou há três anos na Escola e, este ano, por acaso, eu consegui pegar a xerox do contrato, porque as minhas colegas ficaram assinando o contrato, enquanto eu peguei um deles e fui na Secretaria tirar, porque, desde que eu estou lá, eles ficam de mandar os contratos, e a gente nunca viu contrato nenhum da Cooperativa. E a outra coisa que eu queria falar também...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Nem o estatuto?

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: Nada, nós não recebemos nada. Outra coisa que quero falar também é sobre esse negócio do pró-labore, que a gente, quando se afasta... Eu tenho o exemplo de três colegas, eu não vou citar nomes, que foram até o escritório – que se diz escritório da Cooperativa – assinar o papel, para poder receber esse pró-labore, que, quando tu te afastas, tu tens o direito de recolher todo esse dinheiro que é descontado da gente. Simplesmente, a secretária educada lá retirou o papel da mão do colega e disse que ele não tinha nada para receber. A gente não tem direito a nada, então, a gente tem que recorrer à Justiça para esse dinheiro que é descontado da gente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: Muita gente botou. E temos o caso da colega que está machucada, se machucou dentro da Escola, teve que recorrer ao INSS,

porque o médico da Cooperativa não atende, não existe. Tinha outra coisa que eu queria perguntar também. Ah, eles não aceitam o atestado que a gente leva de outro médico. E a gente não tem o direito de receber isso aí.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: Ah, é verdade, isso é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O que elas estão falando não está sendo gravado. Tu disseste que é verdade.

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: É que eu sou meio nervosa para falar, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Fica tranquila.

A SRA. NARA REGINA DUBIEL DE SOUZA: No caso, a minha colega se machucou dentro da Escola. Ela saiu, e já tem outra no lugar dela. Aí, a gente não sabe se ela tem direito de voltar para o lugar dela, porque ela se machucou dentro da Escola, ou não, porque já tem outra no lugar dela, a vaga dela já está ocupada. Algumas coisas eu esqueci, mas acho que era mais ou menos isso aí. E a respeito do contrato, foi a única maneira que eu consegui ter, em três anos, uma cópia do contrato. E os contracheques que vêm atrasados. Acho que era mais ou menos isso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, querida.

A Cláudia Regina Padilha de Lima, da Mapa II, está com a palavra.

A SRA. CLÁUDIA REGINA PADILHA DE LIMA: Boa-noite a todos! Eu sou da Escolinha da Mapa II. A gente vem nessa luta lutando há tanto tempo, não é? Eu que tive a coragem, sozinha na luta, vim até a Câmara de Vereador para procurar a Sofia Cavedon, porque foi um sofrimento, a gente sofrendo sozinha, as colegas tudo reclamando: “Ah, como é que a gente vai ficar, como é que vai acontecer?” Eu disse: “Não, vai acontecer,

sim, porque eu vou ir.” E ninguém quis vir comigo. Aí eu disse: “Eu vou à luta, eu não vou ter medo de nada.” Mas eu tive ameaças também – a Sofia já tem conhecimento disso – de retirada da minha Escola, porque eu não poderia fazer isso. Eu disse que eu estou reivindicando os meus direitos e não vou desistir por isso. Estou aqui por causa disso e saber os direitos... O Conrado já vem numa luta muito grande com nós, para saber como é que a Cootrario vai continuar conosco de novo. A gente vai lutar que ela não vai ficar, isso é certo, não vai, não vai, a gente vai fazer de tudo, e ela não vai ficar. (Palmas.) Esta é a minha palavra, e agradeço a todas as cooperativadas que estão aqui, porque, da outra vez, eu lutei sozinha, a Sofia sabe de muitas caminhada, e as pessoas não acreditavam: “Ah, Cláudia, tu vai sair, vai dar tudo errado, não vai dar certo.” Eu disse que ia dar certo, sim. Agradeço por todas, que tem umas que eu não conheço, outras me conhecem. Obrigada por tudo. (Sic) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Claudinha a gente tem que parabenizar, porque a luta contra a Meta, que foi um horror, ela que puxou, e gerou inclusive a lei, a lei é uma construção de todas vocês. Gente, vamos tentar construir encaminhamento. Vou voltar para cá, as perguntas foram feitas principalmente para o Conrado, mas o Marco, o Eduardo e a própria Margaret pediram para falar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não, é agora, é para encaminhar. O que faltou, Cláudia? É um minuto para subir à tribuna.

A SRA. CLÁUDIA REGINA PADILHA DE LIMA: Eu queria saber por que as Direção das Escolas estão fazendo com a gente, principalmente na minha, na Mapa II, que a gente tem que ter o 1º Grau completo, senão ficaria na Escola. Isso foi passado por todos, todos tiveram medo, muitas colegas já saíram, desistiram; eu, principalmente, que não tenho o 1º Grau completo, queria saber como é que vai ficar a situação da gente. (Sic)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Conrado está com a palavra.

O SR. CONRADO LOPES: Conrado, da Secretaria de Educação. Eu queria começar dizendo para vocês que a SMED é parceira de vocês. A gente contrata, a gente paga a Cooperativa, mas é parceira de vocês para receber um bom serviço. A nossa função é uma relação contratual com a prestadora de serviço que a gente paga para receber um bom serviço e um ótimo serviço que vocês, lá na ponta, prestam. Em cima desses relatos, o que não é de hoje – não é Sofia? –, quem sabe o que sofremos com a meta que culminou na rescisão de contrato deles, com a aplicação de pena de idoneidade, que eles nunca mais puderam contratar com a Prefeitura, sabe bem o que nós sofremos, o pessoal que está há mais tempo nisso. Em cima disso e de outras situações é que nós passamos a exigir, sim, a contratação com carteira de trabalho. E isso, gente, não é ruim, ao contrário, é bom contratação nessa modalidade, porque, quando assinam a carteira de trabalho de vocês, não é só um papel, garante uma série de direitos que vocês não têm. E eu ousou discordar um pouco, mas a realidade é essa, a Prefeitura está convicta de que isso vai resultar num ganho para vocês. Vocês vão ver que isso vai resultar num ganho, numa série de direitos, inclusive, financeiro para vocês. Existem situações em que a Prefeitura, o tomador de serviço não pode entrar na esfera, na relação de trabalho, na relação do cooperado entre a cooperativa e o cooperativado. O que eu posso dizer para vocês é que vamos chamar a Cooperativa, vamos expor essa situação, inclusive, Vereadora, eu posso até passar um relato, depois, para a Presidência desta reunião, porque tem situações que nos apontaram, como falta de PI, fomos ver, e estava lá protocolado que receberam. Então, nós vamos retomar esses assuntos, vamos ver se marcamos, ainda para o início da semana que vem, para não deixar esses assuntos esfriarem, para tomar as rédeas dessa situação, mas, principalmente, para ver exatamente o que está acontecendo. E vou também fazer, em conjunto, tanto na SMED, como na Cooperativa, uma formação, algo que possa clarear melhor qual o papel e como vai ficar essa situação de vocês, agora, como funcionários.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CONRADO LOPES: Da Cooperativa. É uma relação da Cooperativa com os seus associados, não é uma relação do Município. Como funciona a relação, eu sei que isso

está garantido pelo Ministério Público. Foi um acordo que fizemos com o Ministério Público. Então...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CONRADO LOPES: Isso é um problema da Cooperativa, não compete ao Município se manifestar, ou ingerir nos assuntos internos dos seus contratados.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CONRADO LOPES: A relação interna de vocês da Cooperativa com os cooperativados – “ah, eu sou dono, eu sou associado”-, para isso existem outros fóruns; nós, como contratantes, não temos como exigir. Mas, para isso, tem o Ministério Público, tem a OCERGS, tem diversos órgãos que vocês podem procurar, mas o que...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Conrado, o que as pessoas estão levantando é o seguinte: não cumpriram várias questões, dia 22, se transformam em empresa, as pessoas, agora, estão esperando ansiosamente, por exemplo, por 15 dias de repouso. A Cootrario passou de um contrato para outro, porque ela ganhou uma licitação com a nova lei, tu sabes bem. Então, as pessoas, agora, teriam direito a 15 dias, já estão há três, quatro anos, mas agora... Aí ela se extingue, muda a razão social, e deu, sumiram todos os direitos. Com essa transição, nós podemos ser acusados de estar respaldando uma usurpação de direitos. Essa transição nós temos que amarrar melhor.

O SR. CONRADO LOPES: Não vai ser extinta a Cooperativa. Os direitos que vocês tiveram e adquiriram até agora vão ser respeitados. “Bom, eu tenho direito a 15 dias de férias.” Os direitos que vocês têm vão ser respeitados. “Ah, vai mudar agora, vamos ganhar carteira assinada e não vamos ter direito a mais nada.” Não. Até essa data, aqueles direitos que vocês adquiriram vão ser respeitados.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, nós temos uma série de questões que foram levantadas por vocês, e, para não ficar vago, vamos ter uma transcrição de todas

as falas aqui, e nós vamos pedir que a gente pactue isso, ponto por ponto, por escrito. Mas eu acho que tem outros encaminhamentos que vamos dar. Nós vamos entregar ao mesmo Ministério Público que está respaldando a mudança todas essas notas taquigráficas. Quero, inclusive, que vocês tirem uma comissão aqui, para acompanharmos esse movimento todo, e vou sugerir ao Conrado que, antes da renovação, antes do dia 20, a gente faça uma reunião, não precisa ser assembleia, mas com a Comissão, contigo, com a SMED, para ver todos os encaminhamentos que foram dados pela SMED. Poderia ser assim? (Pausa.) Então, a gente faz, na semana que vem ou no início da outra, ou no final da semana que vem, uma reunião da Comissão. Nós vamos verificar com o Ministério Público essa transição, vamos mandar todas as notas taquigráficas do que levantamos aqui. Porque, senão, nós vamos acabar, enquanto Câmara... Eu não quero respaldar, de novo, um mascaramento de direitos que vão ser usurpados de vocês. O Conrado podia responder sobre as notificações. A Cootrario não foi notificada nenhuma vez?

O SR. CONRADO LOPES: Eu sei que já teve tratativas sobre isso, principalmente no início do ano, quando foi retomado, que teve alguns problemas, e eu vou ter que ver em que pé anda.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vai ter que verificar. Quem é o fiscal deste contrato?

O SR. CONRADO LOPES: É o Setor de Recursos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Sabes a pessoa, tens nomes?

O SR. CONRADO LOPES: Não, não. O fiscal não é pessoalizado, não é? É um setor.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Setor de Recursos Humanos.
O Laudenir, pelo Simpa, está com a palavra.

O SR. LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO: Assim, gente. Essa transição, essa mudança me preocupou, porque nós já tivemos casos semelhantes no Estado, no caso da Fugast, que foi uma coisa parecida. Aqui na Prefeitura, também nós acompanhamos, na Câmara de Vereadores, no ano passado, esse pessoal da Saúde, do PSF, em que teve vários problemas. Eu vejo com grande preocupação, enquanto trabalhador, essa questão de vocês. Acho que essa comissão tem de ser criada, tem que ter o respaldo jurídico aqui da Câmara, para ver quanto a essa transição. Foi colocado aqui pelo colega que é um acordo, um TAC com o Ministério Público, mas a gente vê que vai mudar de um regime jurídico para outro, e vocês, simplesmente, vão ficar a bel-prazer, assinem ou não, e o que tem o pró-labore para ganhar? Apesar de que, como sindicalista, como municipalista, nós entendemos que o serviço público tem que ser gerido por servidores públicos. Inclusive, umas das pautas que nós levamos das nossas assembleias é de que a Prefeitura abra concurso público, que dê condições para que todos possam fazer concurso público, e não que precarize o trabalho, como temos acompanhado no dia a dia, não somente na Cootrario, mas na própria Cootravipa nós vemos que estão sendo solucionados alguns problemas, mas existem problemas ainda, e como sindicalistas não sabemos de nenhum da Cootravipa, ou de outras Cooperativas, que tenha sido reembolsado, que vocês tenham realmente usufruído daquele trabalho. Então, isso me preocupa acho que nós temos, sim, uma luta pela frente, uma discussão muito grande. Parabens vocês por estarem aqui, acho que vocês têm que levar isso para sensibilizar os colegas de vocês e fazer com que eles participem dessa discussão, porque é o destino de vocês. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Laudénir.

O Sr. Eduardo Rava de Campos, do DMLU, está com a palavra.

O SR. EDUARDO RAVA DE CAMPOS: Como o Laudénir puxou ali a questão da Cootravipa, quero dizer que, através do nosso fiscal do contrato, até agora não chegou nenhuma irregularidade cometida pela cooperativa até então. A cooperativa está exercendo o seu trabalho regularmente, e até quando surge o DMLU – isso eu deixei claro para a Ver.^a Sofia –, inclusive volto a dizer, até com relação às empresas

terceirizadas: quando alguém denuncia qualquer falha no serviço, a gente pede que nos comuniquem, porque nós como fiscais do contrato, nós vamos lá e vamos cobrar; a gente tem instrumento legal para cobrar, notificar, autuar a cooperativa. Então, os cooperativados, no caso, são nossos parceiros, assim como os contribuintes, em geral, do serviço público. Quando a terceirizada falha em algum serviço, elas nos comunicam e nós temos notificado, autuado a empresa, e isso tem surtido efeito. Então, Laudenir, com relação a Cootravipa, pelo menos não chegou ao conhecimento do DMLU, até agora, nenhuma irregularidade com esse novo contrato, e com o antigo, se houve alguma, nós tomamos esse procedimento. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Eduardo.

A Margaret Garcia da Cunha, da Cootravipa, está com a palavra.

A SRA. MARGARET GARCIA DA CUNHA: Eu queria responder à menina que me perguntou se a Cootrario era filiada a Fetrabalho; ela não é filiada a Fetrabalho. E, respondendo para ti, se ela fosse nossa filiada, nós estaríamos juntos e já teríamos tomado alguma ação, até junto com a OCERGS, para ver a situação desses trabalhadores. Quero responder também para a menina que veio na tribuna e falou sobre carteira assinada. Nenhum cooperativista é contra carteira assinada, é um direito do trabalhador que foi conquistado a duras penas e que respaldou o trabalhador naquele momento, só que hoje nós estamos em tempos modernos, existem outras alternativas econômicas em que o trabalhador pode realizar o seu trabalho e se sentir muito bem não tendo a carteira assinada. Então, como tu defendes a carteira assinada, eu realmente, defendo o meu sistema, porque eu estou há mais de vinte anos, eu tinha, eu trabalhei de carteira assinada, eu não tenho mais carteira assinada por uma opção minha. Eu trabalhava em um grande Hospital aqui em Porto Alegre; então, foi uma opção minha. Acho que é um direito de todo trabalhador optar se quer ter carteira assinada ou se quer ser cooperativado, mas numa verdadeira cooperativa, onde realmente os direitos dele são, eu há vinte anos estou dentro do cooperativismo e até hoje não tive nenhum dos meus direitos desrespeitados, e quando eu sair das minhas – eu sou de três cooperativas filiadas –, eu poderei levar, sim, o que eu coloquei de capital dentro dela como cota-parte, isso me pertence. Então, a minha cota-parte eu levarei e levarei todos os benefícios que

eu não tirei naquele momento, inclusive terei direito a minha aposentadoria por tempo de serviços prestados como cooperativado, como dono do meu negócio, e como alguém que decide pelo meu negócio. E aí quero chamar a atenção de vocês, que muitos, talvez, estejam aí nessa situação de desconhecimento, porque quando entraram e estavam nos postos de trabalho, entraram na Cooperativa por necessidade e não por acreditar no sistema cooperativo como a gente acredita. Então, nós vamos fazer, realmente, aulas para vocês saberem o que é uma cooperativa de verdade e o que é o cooperativismo, para reivindicarem, sim, os direitos e os deveres de vocês. Assim como vocês vão ter direitos dentro da cooperativa, vocês têm deveres com ela da participação, de estarem ali e obrigar a serem feitas assembleias para que vocês, realmente, participem e decidam o destino desta empresa coletiva de vocês. Então, muitas vezes a gente, por comodismo, não vai atrás dos direitos da gente nem dos deveres, a gente não se informa para ir atrás e ter o direito que realmente eu tenho dentro da sociedade da qual eu faço parte. Então, a partir de hoje, isso sirva de lição para todos os que estão aqui, para todos nós, que quando eu assinar um papel, eu deverei lê-lo bem para saber onde estou entrando, e do que estou participando. Porque é muito fácil, por eu querer ter um trabalho e uma geração de renda, eu só assinar e garantir o meu lugar naquele espaço de trabalho. Quero deixar claro também, que cooperativismo, o contrato que o tomador faz numa licitação, ele faz com a cooperativa e não com os seus associados. Então, o que acontece? Se tu não estiveres no teu lugar e aquele lugar precisa de outra pessoa, a cooperativa pode colocar qualquer um de vocês naquele lugar, porque o lugar não pertence a vocês, não existe subordinação, não existe aquele lugar que é fixo para ti. Não. Aquela vaga pertence a um contrato que a cooperativa fez com o tomador, e a cooperativa representa os seus associados, então, aquele lugar não é fixo.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, Margaret.

O Sr. Omar Ferri Júnior, representante do Prefeito Municipal, está com a palavra.

O SR. OMAR FERRI JÚNIOR: Boa-noite a todos, eu queria aqui, em nome da Vereadora e Presidente Sofia Cavedon, cumprimentar a todos os companheiros de Governo, também a todos os presentes aqui na Mesa, e a vocês que estão até esse momento aqui. Certamente, Vereadora, é uma questão muito grave que nós ouvimos aqui hoje. Eu tenho

certeza absoluta que se o Prefeito aqui estivesse, não tomaria outra decisão a não ser, de efetivamente, através desta Audiência Pública – e aí acho um fato muito grave, quem mais foi falado aqui não está presente, e certamente convocado foi -, e não tenho dúvida nenhuma Vereadora que devem ser colhidos todos esses depoimentos, levados a termo todos esses depoimentos que foram gravados, e certamente, através de uma comissão com todos os presentes aqui na Mesa, inclusive com o Ministério Público, marcar uma audiência com a Secretária de Educação, já que a Secretaria é que tem o contrato com a Cootrario. Portanto, o meu encaminhamento pelo Governo, Vereadora, é que se faça uma comissão e que se marque uma audiência com a Secretária de Educação, para que ela tenha conhecimento de tudo o que foi aqui falado e, evidentemente, tome as medidas necessárias e corretas nesse caso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem, estou acrescentando aos encaminhamentos. Há mais algum encaminhamento para a Mesa? Vergílio, eu anotei mais um encaminhamento, que é o de número 5 – fiscalização da OCERGS na Cootrario, amanhã. Nós gostaríamos – essa foi uma sugestão tua – de ter um relatório da OCERGS sobre isso, porque nós valorizamos a OCERGS. Pela Lei, só poderia ser contratada uma cooperativa que fosse filiada à OCERGS, que é o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.

O Sr. Vergílio Frederico Perius está com a palavra.

O SR. VERGÍLIO FREDERICO PERIUS: Ver.^a Sofia, eu acho que o encaminhamento dado está correto. Eu fico um pouco preocupado é com a carteira assinada pela própria cooperativa, porque, nesse momento, se ela fizer isso, não é mais cooperativa de trabalho, passa a ser empregadora e seria então excluída da OCERGS. Eu preciso examinar isso. Acho que esse assunto, realmente, como disse o Dr. Ferri, representante do Prefeito, tem que ser levado ao Ministério Público. Se há um acordo nesse sentido, acho que a Câmara deve conhecê-lo. Fica mais complexo o assunto ainda, vamos dizer assim, mas eu fico à disposição. Eu quero dar os parabéns aos cooperados que estão aí. Vocês são sócios de cooperativas, parabéns a todos vocês, um grande abraço. Isso é importante!

Hoje, eu aprendi cidadania urbana. No meio rural, quando os sócios não estão felizes, eles brigam e fazem guerra. Vocês, hoje, fizeram a mesma coisa, é o que vocês têm que fazer: buscarem os seus direitos. Procuraram a Câmara, que é a entidade a qual todos podem recorrer. A OCERGS fica à disposição. Vamos fiscalizar a Cooperativa, sim, vamos acompanhar *pari passu*, Vereadora, todos os encaminhamentos a serem dados.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada. Ela ainda é uma cooperativa, no mínimo, até dia 20. Gostaríamos que, nesse período, já fossem verificados todos os sistemas, porque não sabemos se vai haver ou não outra, o que vai acontecer depois. Mas é importante até para, nesse formato, não serem contratados por outros.

Muito bem, então, passo aos encaminhamentos: 1) encaminhar as notas taquigráficas ao Ministério Público, perguntando se essa transição é legal e quais as medidas que o Ministério Público pode fazer para a correção do contrato; 2) se a transição for legal, em que termos será feita essa transição, com a preservação de todos os direitos de vocês, inclusive os não cumpridos até agora; 3) reunião, na próxima semana: vamos pegar as notas taquigráficas e fazer uma Reunião com a Secretária, com a comissão de vocês e com a representação aqui, inclusive, das entidades que estão aqui; 4) a fiscalização da OCERGS na Cootrarrio; 5) formação da Comissão. Gostaria que vocês deixassem os nomes e os telefones hoje antes de sair. Depois da reunião com a Secretária, vamos avaliar se é necessário fazer a nossa reunião antes da reunião para renovação do contrato, mas vamos combinar que, além da reunião com a Secretária, ainda faremos uma Reunião de trabalho, antes da renovação do contrato. Não sei se esqueci de algum encaminhamento? Quero agradecer muito a presença de vocês.

Passaram o dia ligando para nós, desde ontem, avisando, ameaçando que não apareceria ninguém. Eu disse que faríamos a Reunião de qualquer modo. Deixo bem claro que foi bom, porque a presença de vocês significa que não acreditaram nesse papo de que é disputa política. Vocês nunca me viram fazer disputa política com esse tema, e eu trabalho com esse tema há anos com vocês. Com relação a isso, eu tenho tranquilidade porque é um drama das trabalhadoras de Educação. A Educação é a nossa paixão. Agradeço a presença dos professores que estão presentes aqui, especialmente a da Diretora. É muito importante a sua vinda aqui, para não ficar registrada só a fala delas.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 07JUL2011

Pauta: Verificar o cumprimento da legislação referente ao funcionamento das Cooperativas de Trabalho a serviço do Município de Porto Alegre.

Eu lhe agradeço. Sabemos o quanto as direções trabalham para manter uma Escola Infantil, não é fácil, são 12 horas de funcionamento.

Quero agradecer a presença de todas as Secretarias aqui, foi muito importante compartilharmos metodologias; do Ademir; do Eduardo; do nosso Secretário Marco Seadi; do Simpa, convido-o para participar da comissão que vai acompanhar; do Vergílio; da Margaret Garcia da Cunha e da Clarice Vianna Miguel, da Cootravipa. Vemos a Cootravipa evoluindo muito. Eu segurei muitas broncas da Cootravipa, quando era da SMED, por isso ficamos felizes. Registro a presença do diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Vargas. Muito obrigada. Agradeço a presença de todos e de todas. Tenho certeza de que esta reunião vai mudar a vida de vocês mais uma vez. Toda vez que vocês se encorajam, vocês mudam as suas vidas. É só assim que a gente faz mudanças. Parabéns, boa-noite e um bom descanso para todos nós. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h47min.)